



SALVADOR E SUAS CORES [2025]  
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

## TERRITÓRIOS NEGROS ENTRE A MEMÓRIA E A CRISE CLIMÁTICA: PERSPECTIVAS EM PORTO ALEGRE/RS

*Fabiana Ferreira Santos<sup>1</sup>*  
*Gustavo de Castro Pires<sup>2</sup>*

**Resumo:** O artigo propõe uma reflexão sobre as relações entre Patrimônio Cultural Negro, mudanças climáticas e território urbano em Porto Alegre/RS, a partir da enchente de maio de 2024. O evento, mais do que um desastre natural, revelou as desigualdades raciais e territoriais que estruturam a cidade, atingindo de forma desproporcional as comunidades negras e periféricas. A análise parte da cosmo-percepção da água nas tradições afro-diaspóricas, compreendida como força criadora e destruidora, à luz da ecologia decolonial proposta por Malcom Ferdinand (2022). Dialoga com as noções de território e identidade (Vieira, 2017) e com o conceito de patrimônio afro-brasileiro como expressão viva de resistência (Velame, 2019). São abordados os impactos da gentrificação e a invisibilização dos patrimônios imateriais nos territórios negros, tomando como referência o Terreiro Mãe Ieda de Ogum, museus ligados à memória afro-gaúcha, entre outros espaços de resiliência, configurados como territórios negros. O método utilizado é a análise documental (Gil, 2002), baseada em registros jornalísticos e institucionais. Conclui-se que reconhecer o Patrimônio Cultural Negro como parte essencial da ecologia urbana é um passo fundamental para a construção de políticas de justiça climática e reparação histórica, onde as memórias se tornam lugares de reexistência e recriação coletiva.

**Palavras-Chave:** Relação Étnico-racial; Arquitetura; Patrimônio; Planejamento Urbano e Regional; Mudança-climática.

**Abstract:** This article proposes a reflection on the relationships between Black cultural heritage, climate change, and urban territory in Porto Alegre, following the May 2024 flood. The event, more than a natural disaster, revealed the racial and territorial inequalities that structure the city, disproportionately affecting Black and peripheral communities. The analysis begins with the cosmo-perception of water in Afro-diasporic traditions, understood as a creative and destructive force, in light of the decolonial ecology proposed by Malcolm Ferdinand (2022). It engages with notions of territory and identity (Vieira, 2017) and the concept of Afro-Brazilian heritage as a living expression of resistance (Velame, 2019). The impacts of gentrification and the invisibility of intangible heritage in Black territories are discussed, taking as reference the Terreiro Mãe Ieda de Ogum, museums linked to Afro-Gaúcho memory, and other spaces of resilience, configured as Black territories. The method used is documentary analysis (Gil, 2002), based on journalistic and institutional records. The conclusion is that recognizing Black cultural heritage as an essential

---

<sup>1</sup>Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional - PROPUR | UFRGS; Mestra em Museologia e Patrimônio-UFRGS; Museóloga; Historiadora. fferreirasantos81@gmail.com

<sup>2</sup>Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional - PROPUR | UFRGS; Arquiteto e Urbanista. acad.castro@gmail.com.



SALVADOR E SUAS CORES [2025]  
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

part of urban ecology is a fundamental step toward building climate justice and historical reparation policies, and memories become sites of re-existence and collective recreation.

**Keywords:** Ethnic-racial relations; Architecture; Heritage; Urban and Regional Planning; Climate Change.

## INTRODUÇÃO

O território negro de Porto Alegre<sup>3</sup> constitui-se como um espaço de memória, resistência e produção cultural, revelando as camadas de uma cidade marcada pela segregação socioespacial e pelo apagamento histórico de sua população afrodescendente. Como destaca Vieira (2017), esses territórios expressam a identidade negra porto-alegrense por meio de práticas culturais, religiosas e comunitárias que ressignificam o espaço urbano e afirmam o direito à cidade. Locais como o antigo Areal da Baronesa, a vila Ilhota, o bairro Navegantes e a Cidade Baixa materializam essa trajetória, evidenciando tanto os processos de resistência quanto as violências do urbanismo excludente. A figura 1, apresenta o mapa Topográfico dos Territórios Negros de Porto Alegre no ano de 1906, período em que a população negra ainda não teria sido retirada do espaço urbano.

---

<sup>3</sup>Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, possui uma população de aproximadamente 1.332.845 pessoas, uma área territorial de 495,977 km e um Produto Interno Bruto anual de R\$54.647,38 (IBGE, 2022 ).



**SALVADOR E SUAS CORES [2025]**  
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

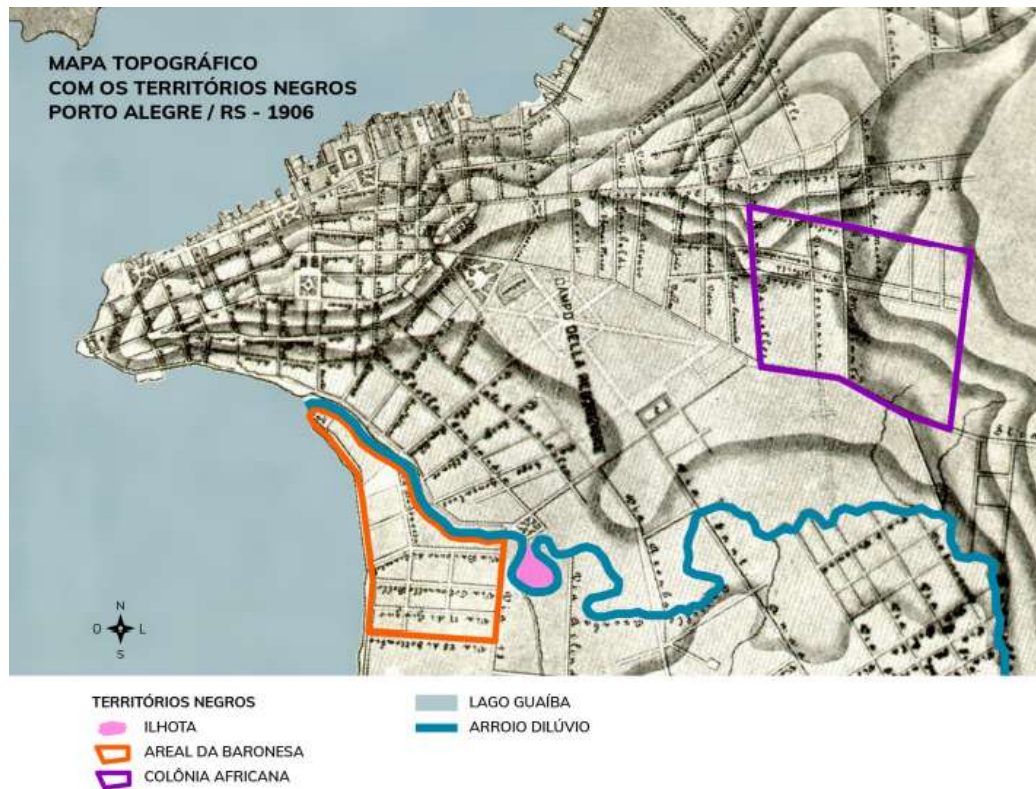


Figura 1: Mapa topográfico com os territórios negros (1906), Porto Alegre/RS. Sem escala.  
Fonte: Vieira (2017, p. 118).

Segundo boletim emitido pela Defesa Civil RS (2025), no total, 478 municípios foram impactados pelas enchentes, o que representa cerca de 96% das cidades do estado, resultando em 2.398.255 milhões de pessoas afetadas, aproximadamente 600 mil desabrigados, 806 feridos, 184 mortes e 25 pessoas desaparecidas. As consequências registradas na Região Metropolitana de Porto Alegre, expuseram as desigualdades raciais e territoriais que moldam a cidade. Mais do que um desastre natural, as águas revelaram o resultado de políticas urbanas e ambientais que historicamente marginalizam corpos e territórios



SALVADOR E SUAS CORES [2025]  
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

negros<sup>4</sup>. A água, nesse contexto, assume uma dimensão ambígua: cria e destrói, cura e devasta. Conforme argumenta Ferdinand (2022), a compreensão da água nas cosmologias afro-diaspóricas ultrapassa a visão ocidental instrumental, trata-se de um elemento dotado de vida, espiritualidade e ancestralidade, que conecta o humano à natureza e inscreve no território uma ética de cuidado e reciprocidade. Quando esse vínculo é rompido, emergem desequilíbrios ecológicos e sociais que se manifestam sob a forma de catástrofes.

Pensar as águas a partir dessa cosmo-percepção implica também repensar o modo como entendemos o patrimônio cultural e ambiental. O patrimônio, segundo Velame (2019), não deve ser visto como vestígio do passado, mas como expressão viva das continuidades culturais que resistem às tentativas de apagamento. Nessa perspectiva, o patrimônio afro-brasileiro (material e imaterial) constitui um campo de disputa simbólica e política, no qual se afirmam memórias coletivas e identidades subalternizadas. Espaços compartilhados, como Terreiros, festas culturais, práticas orais e modos de vida configuram ecossistemas culturais que articulam natureza, território e ancestralidade.

Ao unir as dimensões do território negro, das águas e do patrimônio, este artigo propõe refletir sobre como as mudanças climáticas e os processos de gentrificação afetam as expressões culturais afro-brasileiras em Porto Alegre. Busca-se dar visibilidade aos territórios e instituições atingidos pelas enchentes, como o Ilê<sup>5</sup> Nação Oyó - Mãe Ieda de Ogum, localizado no bairro Cidade Baixa,

---

<sup>4</sup> Territórios Negros- Conforme Daniele Vieira (2017), tais territórios seriam “espaços de concentração de moradia de famílias negras, que se caracterizaram também pelas sociabilidades e práticas culturais exercidas por este grupo” (Vieira, 2017, p. 89)

<sup>5</sup> Ilê ou Ylê: significa “casa” em Yorùbá, língua falada principalmente no sudoeste da Nigéria, Benim e Togo.



SALVADOR E SUAS CORES [2025]  
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

entre outros territórios dedicados à memória negra, evidenciando as formas de resistência e reconstrução que emergem nesses espaços. O estudo adota como método de pesquisa a análise documental (Gil, 2002), com base em matérias jornalísticas, registros institucionais e documentos públicos relacionados à gestão do patrimônio e à resposta às enchentes. A partir dessa abordagem, pretende-se contribuir para uma leitura decolonial<sup>6</sup> do patrimônio e da cidade, reconhecendo nas águas e nas margens um território simbólico de luta, memória e reexistência.

### **COSMOPERCEÇÃO DA ÁGUA: A ÁGUA QUE CRIA E A ÁGUA QUE DESTRÓI**

A água ocupa um lugar central nas cosmologias africanas e afro-diaspóricas, sendo reconhecida como princípio vital, símbolo de purificação e veículo de ancestralidade. Nas tradições de matriz africana, orixás como Oxum, Iemanjá e Nanã expressam diferentes dimensões das águas, que são, ao mesmo tempo, fontes de criação, fertilidade e transformação. Essa concepção amplia a leitura da água para além de seu valor material: ela é energia, movimento e vínculo entre mundos visíveis e invisíveis.

Malcom Ferdinand (2022) propõe o conceito de ecologia decolonial justamente para questionar o pensamento ocidental moderno que separa natureza e humanidade. Ao recuperar epistemologias afro-diaspóricas, o autor sugere

---

<sup>6</sup> Decolonial- O termo Decolonial segue o entendimento de Walsh Catherine, que afirma: Não pretendemos simplesmente desamar, desfazer ou reverter o colonial; isto é, passar de um momento colonial a um não colonial, como se fosse possível que seus padrões e rastros desistam de existir. A intenção, em verdade, é para apontar e provocar um posicionamento, uma postura e atitude contínua de transgredir, intervir, insurgir e incidir. O decolonial denota, então, um caminho de luta contínuo no qual podemos identificar, visibilizar e destacar 'lugares' de exterioridade e construções alternativas"(2009, p. 15).



**SALVADOR E SUAS CORES [2025]**  
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

compreender o ambiente como território de relação e responsabilidade mútua, e não como recurso a ser explorado ou domesticado. Nesse sentido, a água carrega memória, ela lembra, reage, denuncia e convoca o cuidado.

No contexto de Porto Alegre, as enchentes de 2024 revelaram o colapso desse equilíbrio. O descaso com as políticas de drenagem urbana, a canalização de arroios e a impermeabilização do solo demonstram uma lógica de cidade que nega a presença da natureza e ignora as populações mais vulneráveis. As águas, que antes corriam livres e se integravam aos modos de vida ribeirinhos, foram transformadas em ameaça. A tragédia evidencia, portanto, a ruptura entre a cidade e sua própria ecologia. Na figura 2, apresentamos a relação das áreas atingidas pela enchente, bem como a composição étnico-racial dos habitantes.

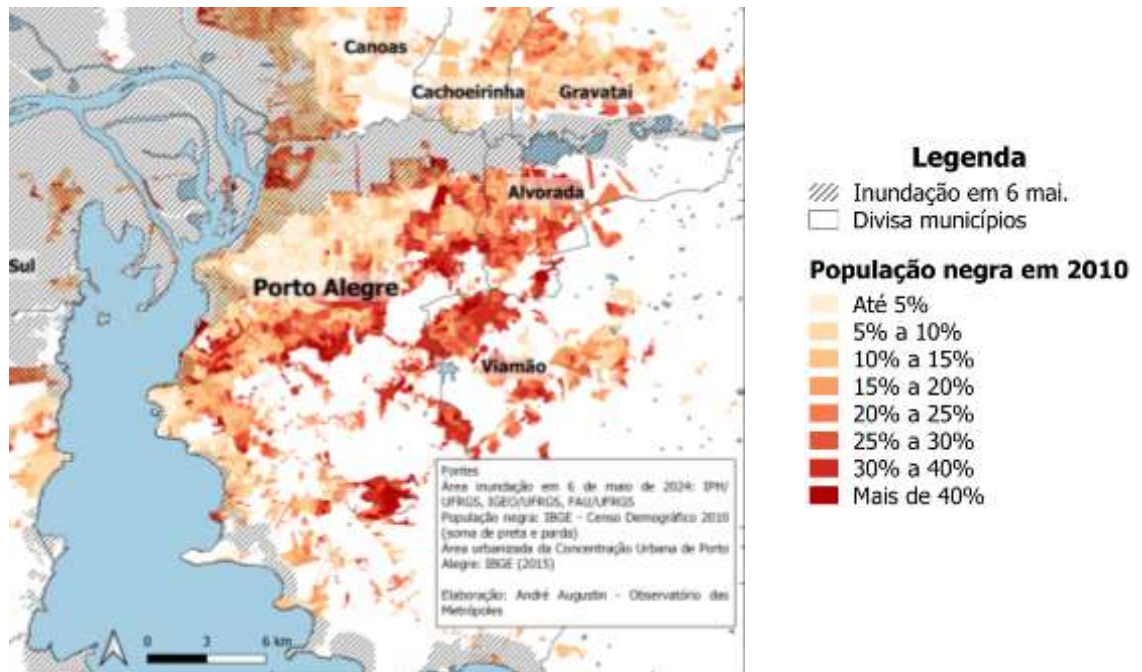


Figura 2: Relação entre as áreas atingidas pela enchente na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e a composição étnico-racial dos habitantes. Fonte: Augustin (2024)



SALVADOR E SUAS CORES [2025]  
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

Ao observar os territórios negros atingidos, nota-se que as enchentes não apenas destruíram moradias e equipamentos culturais, mas também desorganizaram ecossistemas simbólicos, terreiros, espaços sagrados e comunitários ligados ao culto das águas. Quando os rios transbordam, não é apenas a cidade física que se altera, mas também a paisagem espiritual que sustenta a vida coletiva. Assim, a “água que destrói” também é a “água que exige lembrança”, como força ancestral que denuncia o esquecimento e convoca reparação.

### **CIDADE E GENTRIFICAÇÃO: ÀS BORDAS DO PERTENCIMENTO**

A cidade moderna, estruturada sobre desigualdades raciais e econômicas, empurra os corpos negros para as bordas, tanto geográficas quanto simbólicas. Como observa Milton Santos (1996), o espaço urbano é produto das relações sociais e, portanto, reflete os conflitos de poder que o constituem. No caso de Porto Alegre, os processos de modernização e “revitalização” reiteram práticas de exclusão que já marcam a história da cidade desde o fim do século XIX, quando comunidades negras foram removidas das áreas centrais em nome do “progresso” e da higienização urbana (Vieira, 2017).

Hoje, o fenômeno da gentrificação repete, sob novas formas, a mesma lógica de expulsão. Bairros tradicionalmente negros, como a Cidade Baixa e o Areal da Baronesa, passam a ser valorizados pelo mercado imobiliário e convertidos em zonas de consumo cultural, ao mesmo tempo em que seus moradores originais são deslocados para periferias distantes. Essa “estetização da negritude” sem presença negra, como aponta Cida Bento (2022), reforça o pacto narcísico da branquitude, no qual a cultura afro é apropriada enquanto os sujeitos negros permanecem marginalizados.



SALVADOR E SUAS CORES [2025]  
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

Na enchente de 2024, a população evidenciou as fronteiras materiais dessa desigualdade. Ao fim do referido desastre, enquanto áreas centrais receberam atenção imediata do poder público, bairros periféricos e comunidades religiosas tiveram que se reerguer com seus próprios recursos e redes solidárias. Terreiros e associações negras atuaram como verdadeiros centros de acolhimento, organizando doações, cozinhas coletivas e abrigos. Esse protagonismo comunitário reforça a potência dos territórios negros como espaços de cuidado e reconstrução, mesmo diante da ausência estatal.

Ao refletir sobre a cidade a partir das águas e das bordas, torna-se possível perceber que o direito à cidade é, também, o direito à permanência cultural e espiritual. Não se trata apenas de acesso à moradia, mas de reconhecimento do valor simbólico desses lugares, onde a vida coletiva se organiza em torno de vínculos ancestrais e práticas de resistência.

## **TERRITÓRIOS NEGROS EM PORTO ALEGRE**

A noção de território ultrapassa limites puramente físicos. Conforme Haesbaert (2023), o território se constitui como uma dimensão inseparável da identidade, é construído pelas relações sociais, memórias, afetos, modos de vida, simbolismos e disputas de poder que nele se inscrevem. Ao abordar territórios negros em Porto Alegre, estamos, portanto, reconhecendo os espaços que guardam a marca viva das populações negras no município: locais onde se materializa a resistência, a permanência e a produção histórica dessa coletividade, mesmo diante de processos sistemáticos de apagamento.



SALVADOR E SUAS CORES [2025]  
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

Esses territórios expressam uma trajetória que se inicia com o período escravocrata, segue com a reorganização das populações negras após a abolição e chega ao presente, tensionado por políticas urbanas excludentes e processos de gentrificação. Identificá-los é, simultaneamente, reconhecer as raízes africanas que estruturam a cidade e denunciar os mecanismos que continuamente ameaçam sua existência. Na figura 3, percebemos o bairro conhecido como Colônia Africana, localidade que demonstra um dos espaços ocupados pela população negra.



Figura 3: Vista parcial da Colônia Africana em torno de 1910, atual bairro Rio Branco. Fonte: Silveira (2015, p. 118).

Tais territórios representam, ainda, a continuidade das estratégias de liberdade e resistência que marcaram a formação dos quilombos no Brasil.



SALVADOR E SUAS CORES [2025]  
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

Diante disso, apresentamos alguns desses territórios que se constituíram a partir da presença negra e das suas manifestações culturais, políticas e sociais. Assim, os quilombos urbanos constituem importantes marcos territoriais da permanência negra em Porto Alegre. Segundo o Atlas da Presença Quilombola no município, organizado por Cláudia Pires, existem 11 quilombos reconhecidos na cidade. Esses territórios afirmam direitos e modos de vida que desafiam a lógica da cidade capitalista, ao mesmo tempo em que preservam heranças culturais, redes comunitárias e formas próprias de uso do espaço. As Escolas de Samba configuram territórios negros por excelência, estruturados por vínculos comunitários, oficinas de arte, música, culinária e pertencimento. No carnaval porto-alegrense, elas constituem espaços protagonistas de sociabilidade e construção identitária, preservando linguagens e práticas afro-brasileiras mesmo quando não reconhecidas pelo planejamento urbano.

Igualmente, temos os Clubes Sociais Negros, como o Floresta Aurora que surge em 1872, sendo o mais antigo Clube negro do país, “o Clube visava, inicialmente, angariar fundos para a compra de alforrias, além de auxiliar nas despesas com funerais dos associados e ajudar às famílias dos negros libertos quando necessário” (Santos, 2024). Assim como o Clube Satélite Prontidão, que surge no pós-abolição como resposta direta às práticas segregacionistas dos clubes brancos; tais espaços foram fundamentais para a circulação social da população negra, “depois do Floresta Aurora, mais de 50 Clubes Sociais Negros foram criados no Estado do Rio Grande do Sul, ao longo do século XX”. (Escobar, 2017). Esses locais, considerados palcos de produção intelectual, de lazer, esportes e articulações políticas, foram elementos essenciais para a constituição de uma cidadania negra no início do século XX, sendo referências importantes até os dias atuais.



SALVADOR E SUAS CORES [2025]  
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

Juntamente a eles destacamos os llês e terreiros, denominados de territórios civilizatórios: guardiões de ancestralidade, religiosidade e epistemologias de matriz africana. São lugares onde se transmitem saberes, se curam corpos e se articulam memórias diante do racismo religioso que historicamente são silenciados. Em Porto Alegre, concentram-se sobretudo em bairros periféricos, denunciando desigualdades ao mesmo tempo em que irradiam força cultural.

A presença negra no centro de Porto Alegre também está inscrita em marcos simbólicos, como: Assentamentos de Bará no Mercado Público, Palácio Piratini e Igreja das Dores, a Ponte de Pedra, a Travessa dos Venezianos, bem como as instituições museais, como o Museu de Percurso do Negro (MPN) que assumem papel estratégico na construção de narrativas contra-hegemônicas tornando visíveis as marcas da presença negra na formação urbana, econômica e cultural da capital do Estado.

Esses espaços reconfiguram o território a partir da memória, transformados em campos de disputa simbólica e política, são locais que materializam uma relação profunda entre território, religiosidade e cidade, ao mesmo tempo em que revelam camadas invisibilizadas da história urbana. Assim, os territórios negros revelam Porto Alegre como uma cidade construída, e constantemente reconstruída, pelo protagonismo da população negra. Ao reconhecer esses espaços, reafirmamos o “direito à cidade” como direito à memória, à identidade e à permanência dos corpos negros em um município que diariamente ajudamos a construir.



SALVADOR E SUAS CORES [2025]  
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

## **PATRIMÔNIO IMATERIAL E MEMÓRIA NEGRA**

O patrimônio cultural perpassa gerações, conjugando memórias de pertencimento a indivíduos e grupos que alimentam diferentes significados a seus bens culturais de origem material ou imaterial. Segundo a Constituição Federal de 1988,

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988, art. 216).

Já a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2020), nos diz que o patrimônio imaterial compreende as expressões de vida e tradições que comunidades, grupos e indivíduos em todas as partes do mundo recebem de seus ancestrais e passam seus conhecimentos a seus descendentes. Ele não se concebe apenas pelos aspectos físicos e culturais, “transcende as manifestações como folclore, saberes, tradições, línguas, festas, entre outras artes difundidas de forma oral ou gestual, reinventando-se coletivamente e transformando-se no decurso do tempo” (UNESCO, 2020).

Ao ponderar sobre tais diretrizes legais, atualmente, podemos perceber que o patrimônio cultural, quando lido por uma lente eurocêntrica, tende a privilegiar edificações e monumentos materiais, por vezes, desconsiderando as práticas vivas que compõem a essência das comunidades afro-brasileiras. Assim, a ausência de patrimônios das memórias negras desvela a necessidade de superação à ordem estabelecida, ou mesmo a um cotidiano tradicional que nos



SALVADOR E SUAS CORES [2025]  
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

transforma em portadores de invisibilidade social. Fábio Velame (2019) defende uma abordagem decolonial do patrimônio, na qual o valor cultural é medido não pela monumentalidade das obras, mas pela potência simbólica das experiências cotidianas que sustentam a identidade coletiva. Nessa perspectiva, a abundância de percepções relacionadas às culturas africanas, com suas relações de memória, sentimentos, tradições e crenças, sendo cada vez mais problematizado, incide sobre a questão étnica-racial, fortalecendo assim as lutas antiracistas.

Nesse sentido, o patrimônio imaterial, composto por ritos, oralidades, festas, expressões religiosas e saberes tradicionais, torna-se um campo de afirmação política e espiritual. Os terreiros de matriz africana, por exemplo, funcionam como verdadeiros sistemas de preservação ambiental, mantendo árvores sagradas, nascentes e espaços de cultivo ligados às práticas rituais. O Ilê Nação Oyó, de Mãe Ieda de Ogum, localizado na Cidade Baixa, é um exemplo emblemático: reconhecido pela sua importância cultural, também representa um elo entre a espiritualidade e a ecologia urbana, onde a água, as ervas e o fogo se articulam em rituais que reatualizam a memória ancestral.

O Ilê Nação Oyó, no Bairro Cidade Baixa, em Porto Alegre, abriu suas portas em 1964. Mãe Ieda de Ogum, 83, tinha 20 anos quando se “aprontou” na religião, isso é, passou pelo processo de iniciação, consagrando-se filha de Ogum. As paredes do terreiro são como um álbum de fotos de família, pois reúnem registros das festividades, matérias de jornal, fotos de Mãe Ieda, nesses mais de 60 anos de axé. A casa é um templo que reúne três linhas diferentes da espiritualidade afro-brasileira: a umbanda, a quimbanda – que cultiva os Exus e as Pomba-Giras –, e a Nação, também conhecida como Batuque Gaúcho. (Nonada Jornalismo, 31 de julho de 2024, Anna Ortega).

Ao longo do tempo no Ilê de Mãe Ieda muitas pessoas investiram boa parte de suas vidas visando sustentar cultural e socialmente a coletividade negra, contribuindo, também, para a atuação política e social da cidade. Sempre



**SALVADOR E SUAS CORES [2025]**  
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

procurando existir e reexistir, Ieda desempenhou um papel significativo na construção das subjetividades de sujeitos que percebiam em sua casa um caminho para se opor ao silenciamento, a exclusão social e ao próprio preconceito imposto pela sociedade, especialmente pelos preconceitos decorrentes da crença religiosa ou manifestações culturais. A figura 4, apresenta mãe Ieda de Ogum no terreiro, anterior à enchente, o espaço repleto de simbologias e simbolismos, representa a cultura de um grupo social que diariamente luta pela sua existência.



Figura 4: Ieda Maria Viana da Silva, Mãe Ieda de Ogum, zeladora do Ilê Nação Oyó, no Bairro Cidade Baixa, em Porto Alegre, que abriu suas portas em 1964. Foto: Desirée Ferreira. Fonte: Anna Ortega/Nonada Jornalismo (2024).

Durante a enchente de 2024 a prática da religião de matriz africana na cidade demonstrou que as relações de apoio, escuta, e acompanhamento em busca de uma vida espiritual harmônica, nas quais são uma premissa das religiões do



**SALVADOR E SUAS CORES [2025]**  
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

povo negro, continuou pulsando na localidade, pois quando da retomada foi realizado um mutirão, onde os filhos da casa reergueram o espaço. Abaixo, na figura 5, percebemos o nível que a água atingiu, demonstrando o expressivo impacto das águas para o terreiro.



Figura 5: A água passou de 1,5 metros de altura e uma sala pequena abriga as imagens que não foram destruídas. Foto: Desirée Ferreira. Fonte: Anna Ortega/Nonada Jornalismo (2024).

Diante disso, essas memórias, visíveis e invisíveis, tornam possível e necessária uma representação contínua, na busca por reparações históricas. Assim, na perspectiva de auxiliar na manutenção dessas memórias, que os museus podem ser espaços capazes de contribuir significativamente para mudar a história que vivemos atualmente; eles possuem a intensidade da vida, as possibilidades de diálogo com as memórias ancestrais e culturais do povo negro, com suas construções de memórias, esquecimentos e esperança de termos mais humanidade diante das complexidades e contradições, eles são capazes de



SALVADOR E SUAS CORES [2025]  
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

colaborar significativamente para que essas memórias sejam reconstruídas e problematizadas coletivamente, renunciando às narrativas propostas pela oficialidade. Ao dialogar sobre a necessidade de lutar constantemente contra os mecanismos que perpetuam as desigualdades, os museus passam a considerar entendimentos de mundos, corpos, saberes e fazeres outros assumindo um caráter dialógico, onde sua forma e função social contribui para a criação de um pensamento decolonial, conectando e ressignificando suas próprias existências e experiências diante das múltiplas intolerâncias.

Como o mundo intenso e plural os museus movimentam nossos pensamentos, proporcionando encontros, desencontros e percepções, convidando-nos a adentrar num universo de emoções e sensações únicas também encontradas no contexto religioso dos terreiros. Diante disso, os museus podem oferecer possibilidades de reflexão sobre as memórias das comunidades de terreiros durante a enchente de 2024, favorecendo as aprendizagens de seus visitantes e valorizando em sua plenitude a memória coletiva dessas comunidades, pois ao perceber a cultura como essencial para a constituição do humano, o museu trabalha a favor da pluralidade cultural e contribui na luta para remover as barreiras que impedem a participação plena de qualquer indivíduo na sociedade.

Para que muitos de nossos museus sejam museus conectados com um pensamento decolonial se faz necessário questionar, dentre outras questões, a oficialidade de seus discursos, mostrando os “perigos da história única” (ADICHIE, 2019, p. 11). Ainda conforme a autora,

[..] Assim como o mundo econômico e político, as histórias também são definidas pelo princípio do nkali, “ser mais do que outro”, como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são contadas depende muito de poder. O poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva. O



**SALVADOR E SUAS CORES [2025]**  
**Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho**

poeta palestino Mourid Barghouti escreveu que, se você quiser espoliar um povo, a maneira mais simples é contar a história dele e começar com “em segundo lugar”. Comece a história com as flechas dos indígenas americanos, e não com a chegada dos britânicos, e a história será completamente diferente. Comece a história com o fracasso do Estado africano, e não com a criação colonial do Estado africano, e a história será completamente diferente (ADICHIE, 2019, p. 23 e 24).

Assim, a decolonização do museu perpassa pela valorização dessas memórias, propondo, dentre tantas outras questões não menos importantes, o diálogo com essas comunidades, onde a diversidade de corpos e a percepção da história e da memória pode ser significativa a todos e ao mesmo tempo a cada um resignificando suas existências e experiências. Conforme Mignolo,

A decolonialidade funciona com base na pluriversalidade e na verdade plural, e não na universalidade e em uma verdade única. Os primeiros movimentos da decolonialidade devem ser os da desvinculação. Em segundo lugar, ela deve trabalhar pela re -existência. Reexistir é algo diverso de resistir. Se você resiste, você fica preso às regras do jogo que outros criaram, especificamente à narrativa e às promessas de modernidade e da necessária implementação da colonialidade. Não pode haver um único modelo de re -existência (MIGNOLO, 2007, p. 26).

À vista disso, como tentativa de superar as desigualdades e preconizar re-existências os museus e instituições culturais voltados à história negra, como o Museu da UFRGS, o Museu Júlio de Castilhos, o Museu da Comunicação Hipólito José da Costa e as iniciativas de memória da Pequena África no RS, evidenciados no Museu de Percurso do Negro, desempenham papel complementar nesse processo de salvaguarda. No entanto, ainda enfrentam desafios institucionais para preservar as narrativas afro-brasileiras de forma efetiva e vívida. O patrimônio, quando desconectado das comunidades que o originam, corre o risco de se transformar em objeto estático, despolitizado e incapaz de gerar pertencimento por desconhecimento. Assim, resignificar os espaços museais valorizando a memória coletiva negra, seria compreender que



SALVADOR E SUAS CORES [2025]  
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

“os museus são casas e espaços que suscitam sonhos” (BENJAMIN, 2006, p. 134), sonhos, também, daqueles que lutam por igualdade e dignidade em suas existências. Para tanto, “reexistir depende do lugar do indivíduo nas histórias locais negadas, diminuídas e demonizadas nas narrativas da modernidade ocidental” (MIGNOLO, 2007, p. 6). Assim, romper com estereótipos definidos se faz necessário a adequação dos acervos e dos espaços do museu mantendo uma relação de igualdade aos direitos culturais do povo negro. Os problemas parecem muitos, no entanto o museu pode nortear lutas e re-existências, projetando assim a emancipação e o respeito à pluralidade cultural e social.

Portanto, reconhecer o patrimônio imaterial negro, significa reconhecer a cidade como território plural e vivo, onde a ancestralidade molda não apenas a cultura, mas também a ecologia urbana. Essa leitura amplia o próprio conceito de sustentabilidade, integrando natureza, espiritualidade e justiça social como dimensões inseparáveis.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As enchentes que devastaram Porto Alegre em 2024 evidenciaram, de forma material e incontornável, como os efeitos das mudanças climáticas não se distribuem de maneira homogênea no território urbano. Para além de um desastre ambiental, assistimos à intensificação de injustiças historicamente construídas, onde as populações negras e periféricas foram novamente as mais atingidas. Tal realidade confirma o entendimento de que eventos extremos funcionam como lentes de aumento, revelando desigualdades sedimentadas nas formas de ocupação da cidade, nas políticas públicas de habitação, e no acesso desigual à infraestrutura e ao direito de permanecer no território.



SALVADOR E SUAS CORES [2025]  
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

A água, para muitas cosmologias afro-diaspóricas, não é apenas recurso físico: ela é vida, ancestralidade, cura e comunicação com orixás e com a natureza. Ao transbordar muros, casas e terreiros, ela também transborda discursos, denuncia ausências históricas de cuidado, desmantela retóricas de suposta neutralidade urbana e expõe a sistemática do colonialismo do desastre. Nesse sentido, o impacto das enchentes precisa ser compreendido não como fatalidade, mas como resultado de um projeto político e racial que estruturou a cidade desde sua fundação.

Territórios negros em Porto Alegre, tais como, quilombos urbanos, bairros periféricos de forte presença negra, clubes sociais, escolas de samba, museus comunitários, terreiros e ilês; constituem ecossistemas culturais e espirituais que sustentam a permanência da população negra e sua produção de vida e identidade. São locais que preservam práticas memoriais, fortalecem laços comunitários e asseguram a continuidade de conhecimentos ancestrais que a colonialidade tentou anular. Ao encontro de Haesbaert (2023), território não é apenas espaço físico, mas “situação concreta da identidade”, um tecido vivo onde se estabelece pertencimento e se acessam direitos. No entanto, esses territórios seguem ameaçados por processos de gentrificação, especulação imobiliária e políticas urbanas higienistas que, desde o pós-abolição, tentam expulsar corpos negros dos lugares centrais da cidade.

Nas enchentes de 2024, terreiros alagados, “quartos de santo” destruídos, objetos sagrados perdidos, clubes históricos interditados e deslocados territorialmente demonstraram que a perda não é apenas material, mas também ancestral e epistemológica. A reconstrução, portanto, não pode restringir-se a muros e telhados: deve considerar o restabelecimento das bases simbólicas e



SALVADOR E SUAS CORES [2025]  
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

comunitárias que estruturam a vida negra. Conforme Mignolo (2007), a decolonialidade é um movimento de re-existência, ou seja, reconstruir contra as lógicas de colonialidade que ainda orientam quem tem direito à cidade e à memória. Isso significa inserir as comunidades diretamente na tomada de decisões e garantir o direito a permanecer e cuidar dos espaços que moldam suas identidades.

Porto Alegre só poderá se tornar uma cidade sustentável quando assumir que justiça racial é condição para justiça ambiental. A água que atingiu com força desproporcional os corpos negros também reafirma a urgência de reconfigurar as prioridades de planejamento urbano, colocando a preservação da memória negra e a proteção de seus territórios como elementos centrais de um projeto de cidade verdadeiramente inclusivo. Defender o patrimônio negro diante das crises climáticas é, portanto, defender o direito à vida em todas as suas dimensões, física, ancestral e política.

Que as águas que destruíram também fecundem um novo pacto urbano: um pacto no qual Porto Alegre exista não apesar das vidas negras, mas com elas e por elas, reconhecendo que a força de sua história e a possibilidade de seu futuro nascem justamente de onde a cidade tentou calar: dos territórios negros que, ainda assim, seguem resistindo.

## REFERÊNCIAS

**ADICHIE, Chimamanda.** *O perigo de uma história única*. 2019.

**BRASIL.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. *Censo Demográfico Brasileiro de 2022*. Brasília, DF. Disponível em:



SALVADOR E SUAS CORES [2025]  
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

[https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/mapas.html?tema=umbanda\\_e\\_candomble&ecorte=N3](https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/mapas.html?tema=umbanda_e_candomble&ecorte=N3) . Acesso em: 30 de julho de 2025.

**BENTO, Cida.** *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

**BENJAMIN, Walter.** *Espaços que suscitam sonhos, museus, pavilhões de fontes hidrominerais*. In Revista do Patrimônio, nº 31. Brasília: Iphan, p. 133-147, 2006.

**CANAU, Joel.** *Memória e Identidade*. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

**ESCOBAR, Giane Vargas.** *Para encher os olhos: identidades e representações culturais das rainhas e princesas do Clube Treze de Maio de Santa Maria no jornal A Razão (1960-1980)*. 2017. Tese (Doutorado em Comunicação)– Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

**FERDINAND, Malcom.** *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Ubu Editora, 2022. 320 p.

**GIL, Antônio Carlos.** *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

**HAESBAERT, Rogério.** *Território*. In: GEOgraphia, v. 25, n. 55, 18 de dez 2023.

**MIGNOLO, Walter D.** *El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto*. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOQUEL, R. (Org.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá, DC: Siglo del Hombre Editores, 2007.

**ONADA JORNALISMO.** *“Encontrei meus búzios no portão”: as histórias dos terreiros inundados no Rio Grande do Sul*. 31 de julho de 2024, Autora: Anna Ortega. Disponível em: <https://www.nonada.com.br/2024/07/as-historias-dos-terreiros-inundados-no-rio-grande-do-sul/> Acessado em: 19 de outubro de 2025.

**PORTO ALEGRE.** PLL 547/21. *Integra os Territórios Negros que especifica ao Patrimônio Cultural do Município de Porto Alegre*. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7716.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm). Acesso em: 23 de julho de 2024.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. *Um plano de urbanização*. Porto Alegre: Globo, 1943. 300p.: il Edvaldo Ruy Pereira Paiva.

**RIO GRANDE DO SUL.** *Conselho do Povo de Terreiro do Estado do Rio Grande do Sul*. Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. 2025. Disponível em: <https://www.justica.rs.gov.br/conselho-do-povo-de-terreiro-do-estado-do-rio-grande-do-sul>. Acesso em: 18 maio de 2025.

**SANTOS, Fabiana Ferreira.** *Sociedade Recreativa e Cultural Gaúcho: um Clube Social Negro na cidade de Caxias do Sul/RS*. Dissertação (Mestrado em Museologia e



**SALVADOR E SUAS CORES [2025]**  
Patrimônios Africanos e Afro diaspóricos em Espelho

Patrimônio), Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

**SANTOS, Milton.** *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.* São Paulo: Hucitec, 1996.

**SILVEIRA, Alexandre Barcelos.** *De colônia africana a bairro Rio Branco: desterritorialização e exílio social na terra do latifúndio: Porto Alegre, 1920-1950.* Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 2015.

**VELAME, Fábio Macêdo.** *Arquiteturas da ancestralidade afro-brasileira: O Omo Ilê Agboulá, um Templo do Culto aos Egum no Brasil.* Edufba. Salvador: UFBA, 2019.

**VIEIRA, Daniele Machado.** *Territórios Negros em Porto Alegre/ RS (1800 - 1970): Geografia Histórica da Presença Negra no Espaço Urbano.* Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, 2017.

**WALSH, Catherine.** *Pedagogías Decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivi.* TOMO I. 2013. Ed.